



Senado aprova texto original sobre duplicatas eletrônicas

Apesar de o texto ter sido aprovado e enviado à sanção presidencial, senadores pediram para votar novamente o projeto por causa de uma emenda de redação, que poderia alterar também o mérito

O Senado aprovou ontem proposta que regulamenta a emissão eletrônica de duplicatas. O documento é uma promessa de pagamento feita por empresas na compra de produtos ou serviços. Como título de crédito executável, pode ser negociado ou dado como garantia em operações de crédito por empresas credoras.

O texto já havia sido aprovado em 17 de outubro e remetido à sanção presidencial. No entanto, alguns senadores questionaram o teor de uma emenda de

redação que, segundo eles, alterava também o mérito do projeto.

Por isso, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, submeteu o projeto a nova votação e os senadores decidiram aprovar o texto original, sem mudanças. O projeto segue novamente para sanção presidencial.

As duplicatas são muito usadas por pequenos e médios comerciantes em pagamentos a prazo. Entre 2017 e 2018, foram protestados cerca de 15,9 milhões em todo o país, o equivalente a 2% do total em circulação, dos quais 10,3 milhões foram pagas. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira e Fátima Bezerra na sessão em que projeto das duplicatas eletrônicas foi votado novamente

Roque de Sá/Agência Senado



Adicional de periculosidade significaria 30% a mais para agentes de trânsito

Comissão rejeita adicional de risco para agente de trânsito

A Comissão de Assuntos Econômicos rejeitou o projeto que inclui a fiscalização de trânsito e o controle de tráfego entre as atividades consideradas perigosas por lei. Senadores afirmaram que, apesar de ser justa no mérito, a proposta fere a Lei de Res-

pensabilidade Fiscal já que o aumento de despesa com o adicional de periculosidade de 30% sobre os salários não tem indicação de receitas para cobrir o gasto extra que estados e municípios teriam.

O projeto ainda será analisado por outras comissões. **4**

Vai à Câmara texto com novo horário para cartório

O Plenário aprovou ontem o projeto que autoriza os cartórios a ampliarem seu horário de funcionamento para além das seis horas diárias. O texto também permite que os tabeliães de notas façam diligências e atos fora da sede do cartório. **3**

Colegiado altera destino de recursos orçamentários

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem projetos de lei que modificam a destinação de R\$ 223,8 milhões do Orçamento deste ano. A comissão também aprovou quatro emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019. **5**

Parceria público-privada pode ter mais incentivos

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que busca tornar as parcerias público-privadas mais atraentes para os investidores. Uma das principais

mudanças é a possibilidade de o poder público pagar às empresas concessionárias uma espécie de seguro para diminuir os riscos de quebra de demanda. O texto prevê

ainda que, caso o resultado financeiro da concessão supere as expectativas de receita, o parceiro privado poderá pagar a mais pela outorga da concessão ou até reduzir tarifas. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Presidente da comissão, Tasso (mesa) também é autor da proposta que altera regras para as parcerias público-privadas

Brasil terá novos titulares em embaixadas de três países **3**

Projeto obriga investimento em fonte alternativa de energia **6**

Avança acordo escolar entre nações sul-americanas **8**

MP muda regras para verbas de loterias, dizem debatedores **2**

Plenário avaliza empréstimo de US\$ 70 milhões para Maceió **4**

Debatedores defendem MP que divide recurso de loteria

Governo prevê que a medida provisória das loterias garantirá repasse anual de cerca de R\$ 1 bilhão para a área da segurança pública, R\$ 630 milhões para o esporte e R\$ 443 milhões para a cultura

A COMISSÃO DA medida provisória das loterias promoveu ontem uma audiência pública para subsidiar a análise do texto pelos parlamentares. Os convidados fizeram algumas sugestões e defenderam a MP 846/2018, que regula a transferência de recursos das loterias para áreas como segurança pública, esporte e cultura.

O secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério da Fazenda, Alexandre da Silva, destacou a finalidade social das loterias. Ele disse que elas movimentam cerca de 0,2% do produto interno bruto (PIB), cerca de R\$ 14 bilhões. Segundo o secretário, o valor arrecadado pelas loterias é dividido entre os vencedores do concurso, o operador da loteria e os beneficiários sociais. Por isso a importância da MP, que consolida as regras de distribuição dos valores arrecadados. Ele informou que hoje há pelo menos 15 leis que regulam as loterias federais.

Para o ministro do Esporte, Leandro Cruz, a MP tem o mérito de atender os interesses dos setores envolvidos, “aumentando o bolo” a ser dividido. Ele disse que entidades como Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) teriam dificuldade de sobreviver sem os recursos das loterias.

— A MP, da forma como foi construída, pacificou o setor do esporte. Estamos no momento de maior transparência do esporte brasileiro. Tenho a convicção de que, mais uma vez, o Parlamento não vai dar



Marcos Oliveira/Agência Senado

Flexa (3º à esq.) tem conversado com o governo para fechar o relatório

as costas para o nosso esporte — destacou o ministro.

Na visão do medalhista olímpico Lars Grael, a MP 846 teve o mérito de unir vários setores dentro do esporte. Ele, no entanto, demonstrou preocupação com uma possível desfiguração do texto da medida.

— Sugiro que os parlamentares pensem em uma emenda para destinar recursos para a Comissão Esportiva Militar, que faz um trabalho estruturante no esporte nacional — defendeu o velejador.

Cultura

O secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, José Paulo Martins, defendeu a MP, segundo ele “fundamental para colocar a cultura nas regiões menos assistidas”.

Para o secretário-executivo do Ministério da Segurança Pública, Luís Carlos Cazetta, a MP tem o mérito de trazer “previsibilidade de recursos para a área de segurança”. Já o superintendente nacional

de Loterias da Caixa, Gilson César Braga, lembrou que a Caixa é a principal operadora das loterias nacionais.

A MP das Loterias foi editada em agosto como uma nova versão da MP 841/2018, editada em junho e já sem validade. O novo texto nasceu a partir de uma articulação dos Ministérios da Cultura e do Esporte, após pressões de entidades dos dois setores, uma vez que a MP anterior diminuía os repasses das loterias para essas áreas para aumentar os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. O governo prevê que a MP das Loterias garantirá o repasse anual de cerca de R\$ 1 bilhão para a área da segurança pública, R\$ 630 milhões para o esporte e R\$ 443 milhões para a cultura.

O presidente da comissão, deputado Evandro Roman (PSD-PR), previu a conclusão dos trabalhos até o dia 6 de novembro. O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que vem conversando com o governo, deputados e senadores para fechar o relatório.

Ana Amélia critica empresas estatais deficitárias

Ana Amélia (PP-RS) destacou a crise fiscal da União, dos estados e dos municípios, citando o pedido feito por prefeitos de R\$ 28 bilhões ao presidente eleito Jair Bolsonaro.

A senadora criticou o grande número de estatais do país. Segundo ela, entre 2003 e 2015, foram criadas 41 novas empresas pelo governo.

— Quase o total dos R\$ 15 bilhões gastos no ano passado se deu por subvenção, como são chamadas as despesas de custeio com salários dos empregados dessas estatais, cuja indicação de seus comandos é sempre de caráter político.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Hélio José, servidores sofrem campanha injusta

Hélio José (Pros-DF) homenageou os servidores públicos pela passagem do seu dia, no domingo. Para ele, apesar da importância desses trabalhadores, há uma campanha injusta para responsabilizá-los por parte dos males do Brasil, em especial a crise da Previdência.

— Aproveito o Dia do Servidor Público, que se comemorou no dia 28, para rogar aos ungidos pelo povo, em especial aquele que envergará a faixa presidencial, que declare o fim da guerra e das hostilidades injustas contra os servidores públicos brasileiros.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe se manifesta contra aumento de taxas de cartório no DF

Reguffe (sem partido-DF) condenou ontem o projeto que aumenta as taxas de cartório vigentes em Brasília. Ele lembrou que conseguiu barrar no ano passado o PLC 99/2017, mas a proposta avançou e pode ser aprovada, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro. O senador considera absurdos os aumentos propostos, se comparados à inflação.

— O reconhecimento de firma, que hoje é R\$ 3,90, vai passar para R\$ 6,73, um aumento de 72,56%. Reconhecimento de firma de DUT passa de R\$ 3,90 para R\$ 33,03, um aumento de 747%.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Antônio Conselheiro pode entrar para o Livro dos Heróis da Pátria

O líder religioso Antônio Conselheiro (1830-1897), principal personagem da história da guerra de Canudos (1896-1897), poderá ser reconhecido oficialmente como Herói da Pátria. É o que determina o PLC 185/2017, aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto segue para o Plenário.

Da deputada federal Luizianne Lins (PT-CE), o projeto inscreve o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, ao lado de perso-

nalidades como Tiradentes, Chico Mendes e Santos Dumont. O chamado Livro de Aço se encontra no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Antônio Conselheiro é visto como símbolo da liderança social na cidade de Canudos, no interior da Bahia, que incomodou os republicanos da época. Sebastianista, Conselheiro opôs-se à República, tendo morrido dias antes do fim do conflito, em 5 de outubro de 1897. Parte da sua história é contada no clássico *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, lançado em 1902.

Elevado em Lages (SC) poderá ser chamado José Paschoal Baggio

O elevado que liga a Rodovia BR-282 à Avenida Duque de Caxias, no município de Lages (SC) pode passar a chamar Elevado José Paschoal Baggio. É o que prevê o PLC 119/2017, aprovado ontem na Comissão de Educação (CE). A proposta segue para o Plenário.

O jornalista José Paschoal Baggio nasceu no dia 27 de março de 1921, em Ijuí (RS),

e chegou ainda jovem a Lages em meados da década de 1940. Adquiriu o semanário *Correio Lageano*, o pequeno jornal da cidade, que logo se tornou diário e hoje é lido por milhares de catarinenses.

O relator na CE, senador Dário Berger (MDB-SC), é favorável à aprovação do PLC 119/2017. Para ele, “é sem dúvida justa e meritória a homenagem”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Perícias do INSS

9h Entre 16 itens, o PLS 154/2018, que obriga o INSS a recrutar peritos de outros órgãos para perícias médicas.

CCT Abertura de empresa via web

9h Na pauta de 55 itens, o PLS 145/2018, que autoriza abertura de empresa pela internet.

CDR Lei orçamentária anual

9h Análise das emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019. Após, pauta de 8 itens.

CCJ Pessoas desaparecidas

10h O PLC 144/2017, que reformula o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, é um dos 22 itens.

CRE Embaixada no Sudão

10h Entre 4 itens, indicação de embaixadora para o Sudão.

MP 844/2018 Marco do Saneamento

10h Audiência pública. Às 16h10, análise do relatório.

CTFC Combate ao tabagismo

11h Pauta de 13 itens. Às 14h30, debate sobre o PLS 769/2015, que amplia medidas de combate ao tabagismo.

CI Sabatina para a ANM

14h Sabatina de indicados para a Agência Nacional de Mineração. Após, pauta de 6 itens.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLS 329/2017 — Complementar, que prioriza despesas com saúde e educação na execução orçamentária da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, está na pauta.

CMCVM Emendas

14h30 Análise das emendas à Lei Orçamentária Anual e de requerimentos.

CMCVM Lei Orçamentária Anual

14h30 Análise das emendas ao projeto da LOA para 2019.

MP 846/2018 Verba de loterias

14h30 Análise de relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Duplicata eletrônica é aprovada em nova votação

O texto já havia sido aprovado pelo Plenário e remetido à sanção presidencial. No entanto, senadores questionaram o teor de uma emenda de redação, que poderia alterar também o mérito do projeto

O SENADO APROVOU ontem a proposta que regulamenta a emissão eletrônica de duplicatas. O documento é uma promessa de pagamento feita pelas empresas na compra de produtos ou de serviços e, como título de crédito executável, pode ser negociado ou dado como garantia em operações de crédito pelas empresas credoras.

Esta é a segunda vez que o Plenário aprova o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 73/2017. O texto já havia sido votado pelos senadores em 17 de outubro e remetido à sanção presidencial. Mas um grupo de parlamentares questionou o teor de uma emenda de redação aprovada durante a votação anterior.

O texto original determina que tabeliães de protesto mantenham uma central nacional de serviços eletrônicos, onde o cidadão poderá fazer consultas gratuitas sobre devedores inadimplentes e protestos realizados. A emenda, de Flexa



Para Cássio, a emenda de Flexa não poderia ser considerada de redação

Ribeiro (PSDB-PA), restringiu o acesso a informações de terceiros, permitindo ao cidadão a consulta apenas ao próprio nome.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) apresentou uma questão de ordem. Para ele, a emenda de Flexa não pode ser considerada de redação porque altera o mérito do PLC 73/2017.

— O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é claro ao afirmar que o conteúdo não pode ser considerado

redacional. A aprovação da emenda implicaria o retorno do projeto à Câmara — argumentou Cássio Cunha Lima.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, concordou com a questão de ordem e submeteu o projeto e a emenda, desta vez considerada de mérito, a nova votação. Mas os senadores decidiram aprovar o texto original, sem mudanças. O PLC 73/2017 segue novamente para sanção presidencial.

Com Agência Câmara

Horário de atendimento de cartórios segue para a Câmara

O Plenário aprovou ontem o projeto que autoriza os cartórios a ampliarem seu horário de funcionamento para além das seis horas diárias e permite que os tabeliães de notas façam diligências e atos fora da sede do cartório. O PLS 15/2018 é proveniente do trabalho da Comissão da Desburocratização e segue agora para a Câmara dos Deputados.

O relator, senador Lasier Martins (PSD-RS), recomendou a aprovação do texto com uma emenda. Do senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), a emenda determina que a autorização aos tabeliães de notas para a realização de serviços externos deverá se limitar a atos de competência exclusiva da categoria. Essa providência impede que eles invadam competências atribuídas a outras classes de notários e registradores.

“A emenda merece acolhida, pois pretende evitar a interpretação de que o tabelião de notas poderia, excepcionalmente, praticar atos da competência de outras categorias de notários e registradores, como tabeliães

de protesto de títulos, oficiais de registro de imóveis ou oficiais de registro civis das pessoas naturais. De fato, não seria lógico que os tabeliães de notas, apenas por estarem realizando atos fora da sede da serventia, pudessem invadir a competência própria de outros cartórios”, diz Lasier no relatório.

Horários

Muitos tribunais definem o funcionamento dos cartórios em seis horas diárias e não admitem a possibilidade de ampliação do expediente. Com a proposta, a extensão do horário será possível apenas com a comunicação ao juiz. O atendimento nos cartórios, aos finais de semana e feriados, será feito em regime de plantão.

Para o relator do projeto na Comissão da Desburocratização, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), “não deveria haver obstáculo algum a que os oficiais praticassem atos nos finais de semana e em períodos noturnos, especialmente porque a necessidade do mercado e dos indivíduos reclama esses serviços”.

Volta à análise dos deputados regras de protesto de títulos

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 19/2018, que altera a Lei de Protesto de Títulos. O texto estabelece que qualquer prova escrita de dívida fica sujeita a protesto, como notas fiscais e boletos bancários.

Os senadores alteraram dois pontos da matéria, que por isso retorna à Câmara. A primeira emenda, de Paulo Bauer (PSDB-SC), permite que empresas considerem o valor de títulos protestados como perda de crédito. Na prática, a medida reduz o valor do lucro real da pessoa jurídica, usado como referência para o cálculo de impostos.

A segunda emenda, de Simone Tebet (MDB-MS), altera o rol de títulos passíveis de protesto. O texto original menciona “notas fiscais, boletos bancários e mensagens eletrônicas”. A mudança aprovada pelo Plenário se refere a “notas fiscais e boletos bancários, incluindo as emitidas eletronicamente”.

O PLS 19/2018 foi proposto pela Comissão Mista da Desburocratização. Instalado entre 2016 e 2017, o colegiado avaliou e recomendou mudanças em procedimentos e rotinas de órgãos da administração pública federal.

Indicação para embaixada do Brasil no Vietnã passa no Plenário

O Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Fernando Apparicio da Silva para o cargo de embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã. A nomeação foi aprovada com 48 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção.

Em sabatina promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em agosto, Apparicio comentou o déficit comercial do Brasil com o país asiático — no ano passado houve quase US\$ 500 milhões de déficit. Segundo ele,

o intercâmbio comercial com o Vietnã saiu de apenas US\$ 50 milhões, no ano 2000, para os números atuais, que beiram os US\$ 4 bilhões por ano. Com o passar dos anos, consolidou-se um fluxo em que o Brasil exporta produtos primários para o Vietnã e importa produtos industrializados.

— Este déficit, que surgiu a partir de 2016, se explica em parte devido à retração verificada na nossa economia. Mas é consequência também do fato de o

Vietnã nos exportar produtos semi-industrializados e industrializados em grande quantidade, enquanto nós exportamos basicamente produtos primários. Só a Samsung instalada lá é responsável por quase um terço desse fluxo — explicou.

O diplomata afirmou que, para tentar reverter a tendência, tem sido negociada a compra, por parte do governo vietnamita, de aviões da Embraer e material de defesa, a partir de interesse manifestado pelas próprias autoridades daquele país.

Confirmado novo embaixador na Tanzânia, Comores e Seicheles

Com 42 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção, o Plenário aprovou a indicação de Antonio Augusto Martins Cesar para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Tanzânia. Ele também chefiará as embaixadas em Comores e em Seicheles.

Formado pelo Instituto Rio Branco em 1997, já serviu nas embaixadas do Brasil em Caracas (Venezuela), San Salvador (El Salvador), Assunção (Paraguai), Lisboa (Portugal), Pretória (África do Sul) e Windhoek (Namíbia).

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970. Em 1979, foi criada a embaixada brasileira em Dar es Salaam, desativada em 1991. Em março de 2005, a representação brasileira foi reaberta. O governo tanzaniano estabeleceu sua embaixada em Brasília em 2007.

Localizada na África Oriental, a Tanzânia é um país populoso, com 56 milhões de habitantes distribuídos em uma área de 885.800 quilômetros quadrados.

Dodoma é a capital oficial e sede do Legislativo. A cidade de Dar es Salaam, por sua vez, é a sede do Executivo e do Judiciário.

Em setembro de 2016, o Senado aprovou projeto de acordo para perdão de 86% da dívida da Tanzânia com o Brasil e reescalonamento dos restantes 14% em duas parcelas iguais de US\$ 16,69 milhões, pagas em 15 de novembro de 2017 e 15 de maio de 2018. O acordo foi assinado em setembro de 2017.

País vai ter nova titular em embaixada na República do Panamá

Com 40 votos a favor, nenhum contrário e 1 abstenção, os senadores aprovaram em Plenário ontem a indicação da diplomata Glivânia Maria de Oliveira para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República do Panamá.

Glivânia nasceu em 1962, em Monte Carmelo (MG), e já desempenhou funções em Varsóvia (Polônia), Londres (Inglaterra), ONU, Assunção (Paraguai)

e Boston, nos Estados Unidos.

O Panamá ocupa o extremo sul do istmo da América Central, ligando-a à América do Sul. Essa característica geográfica molda a estrutura econômica do país, que tem como base as receitas do Canal do Panamá e o rápido desenvolvimento do Aeroporto de Tocumen como *hub* de conexões para voos regionais.

O país tem uma área de 74.340 quilô-

metros quadrados e uma população de 4,2 milhões de habitantes. A capital é a Cidade do Panamá.

Em 2017, o comércio entre Brasil e Panamá totalizou US\$ 643 milhões, resultado 102,8% superior ao registrado em 2016 (US\$ 317,1 milhões).

De acordo com o Itamaraty, a comunidade brasileira vivendo no Panamá é estimada em 2 mil pessoas.

Parceria público-privada pode ter nova regras

Projeto que torna o modelo mais atraente para investidores foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos. Texto cria seguro para diminuir risco de empresas

PROPOSTA QUE BUSCA tornar as parcerias público-privadas (PPPs) mais atraentes aos investidores foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Uma das principais mudanças é a possibilidade de o poder público pagar à empresa concessionária uma espécie de seguro, na forma de um percentual da receita estimada da PPP, para minorar os riscos de quebra de demanda.

O autor do PLS 337/2018, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), argumenta que, no caso de haver queda da expectativa de tráfego numa rodovia ou da quantidade de passageiros num aeroporto, por exemplo, os concessionários podem sofrer com o aumento de juros cobrados pelos financiadores da PPP. Esses custos seriam repassados para as tarifas,



Tasso Jereissati defende que os riscos de parcerias público-privadas sejam partilhados entre empresas e governo

prejudicando o usuário. A inovação evitaria essa postura, com o risco de tráfego sendo partilhado entre o investidor e o poder concedente.

“As dificuldades fiscais por que passa o país exigem a revisão das regras que dis-

ciplinam a relação entre os capitais estatais e privados para garantir níveis adequados de investimentos em serviços públicos”, defende Tasso.

Outra alteração é a introdução, nas chamadas concessões patrocinadas, de hipóteses

de redução gradual ou total da contraprestação do poder público ao parceiro privado em função das receitas obtidas. São os casos de PPPs cujo pagamento pela concessão poderia acompanhar a demanda, como o uso de uma rodovia.

Pelo texto, relatado por Otto Alencar (PSD-BA), caso o resultado financeiro da concessão supere as expectativas de receita, o parceiro privado poderá até mesmo pagar a mais pela outorga da concessão, ou reduzir o preço das tarifas cobradas dos usuários.

O projeto também instituiu novos critérios de julgamento das propostas para firmar contratos de PPPs. Passam a ser consideradas as avaliações de melhor proposta de redução da contraprestação a ser paga pelo poder concedente em função da receita ou da demanda obtida, de melhor proposta de redução de tarifas cobradas e de melhor proposta de pagamentos extraordinários ao poder concedente quando o volume de receita superar o valor fixado no edital.

Colegiado veta adicional de risco a agentes de trânsito

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem o voto favorável do relator Romero Jucá (MDB-RR) ao projeto que inclui a fiscalização de trânsito e o controle de tráfego entre as atividades consideradas perigosas por lei (PLC 180/2017).

O autor da proposta, deputado Décio Lima (PT-SC), defende que os agentes de trânsito se submetem a situações de constante perigo, o que lhes garantiria o direito ao adicional de periculosidade.

Apesar de estarem de acordo com o mérito do projeto, alguns senadores alegaram que a proposta vai de encontro à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Eles lembraram que, na prática, a iniciativa vai gerar um adicional de periculosidade de 30% sobre o salário-base.

— No mérito, não há quem possa se opor à iniciativa. Mas é uma proposta que fere de morte a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois estaríamos criando despesas para municípios e estados sem indicar as respectivas receitas — afirmou Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que teve o apoio dos senadores Raimundo Lira (MDB-PB) e Armando Monteiro (PTB-PE).

Jucá disse que a atividade é perigosa e os custos serão diluídos entre União, estados e municípios.

O projeto ainda vai passar pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais.

Senado autoriza Maceió a pegar empréstimo de US\$ 70 mi

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o município de Maceió a contratar empréstimo de US\$ 70 milhões na Confederação Andina de Fomento (CAF). O recurso será utilizado no financiamento do Programa de Revitalização Urbana de Bairros, na capital alagoana. A proposta será encaminhada à promulgação.

O programa, também conhecido como Revitaliza Maceió, visa

impulsionar o desenvolvimento econômico, social e ambiental da cidade, por meio da melhoria da infraestrutura de vários bairros. As ações preveem tratamento de esgoto, requalificação de drenagem da orla marítima, irrigação automatizada de jardins, saneamento básico e implantação de uma avenida de ligação a outras vias.

O relatório do senador José Medeiros (Pode-MT) foi favorável

à mensagem do Ministério da Fazenda, que pediu a autorização da contratação do crédito, com garantia da União.

Pela manhã, senadores lembraram na Comissão de Assuntos Econômicos que a capacidade de pagamento por Maceió havia sido considerada incompatível pela Secretaria do Tesouro Nacional. Mas o município conseguiu reverter a decisão na Justiça.

Remédio contra hepatite C pode ter patente quebrada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem levar a Plenário um projeto de decreto legislativo para suspender a patente do medicamento Sofosbuvir, concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) à farmacêutica norte-americana Gilead. O medicamento cura a hepatite C em mais de 95% dos casos.

Com a concessão da patente

em setembro, a Fiocruz-Farman-guinhos e empresas brasileiras ficaram impedidas de produzir o Sofosbuvir genérico, que já estava registrado pela Anvisa e geraria uma economia de R\$ 1 bilhão para o Ministério da Saúde.

A CAE também convocou o ministro da Indústria, Marcos Jorge, a quem o Inpi é subordinado, para comparecer à comissão na terça-feira. O requerimento foi

apresentado por José Serra (PSDB-SP) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

— Países como Egito, Argentina e China não concederam a patente à Gilead e produzem os genéricos — apontou Ferraço.

Eduardo Braga (MDB-AM), que sugeriu a apresentação do decreto, afirmou que a decisão do Inpi foi equivocada, posição seguida por Raimundo Lira (PSD-PB) e Romero Jucá (MDB-RR).

Ângela Portela cobra incorporação de servidores de Roraima à União

Ângela Portela (PDT-RR) denunciou ontem, em Plenário, a frustração dos servidores públicos de seu estado, que ainda não foram incluídos no quadro funcional da União. A senadora lembrou que os servidores que prestaram serviços para Roraima entre 1988 e 1993 têm direito à transposição para a folha de pagamento da União depois da promulgação das Emendas Constitucionais 60 e 97.

Apesar de as regras terem sido regulamentadas, disse, não foram publicadas as portarias com os beneficiados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pedro Chaves defende avanço no combate à violência contra a mulher

Pedro Chaves (PRB-MS) disse esperar que as mulheres possam ter “incolumidade física, psicológica e moral”. Ele saudou a Lei Maria da Penha como avanço humanitário, mas disse que ela é insuficiente para eliminar a violência. Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, a cada 12 segundos uma mulher sofre algum tipo de violência no país.

— O Brasil ocupa a infame sétima posição na lista que elenca as nações em que mais mulheres são assassinadas.



Jane de Araújo/Agência Senado

Eduardo Lopes parabeniza Jair Bolsonaro e Wilson Witzel por vitória nas urnas

Eduardo Lopes (PRB-RJ) saudou a vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial. Após lembrar que ambos são da bancada fluminense no Congresso, ele disse que, passada a disputa eleitoral, Bolsonaro terá de enfrentar a realidade e fazer mudanças, como a reforma da Previdência.

Ele também comentou a vitória do ex-juiz federal Wilson Witzel para o governo do Rio de Janeiro e disse que, mesmo não tendo conseguido a reeleição, continua à disposição do povo fluminense.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ione Guimarães pede que novo governo “cure as feridas” e governe para todos

Ione Guimarães (PTB-GO) disse esperar que o presidente eleito Jair Bolsonaro forneça um “curativo para as feridas” do país, governando para todos os brasileiros e recuperando a economia e os empregos. Ela avaliou o processo eleitoral como um dos mais traumáticos da história recente.

— Embora a política seja complicada, as pessoas precisam de pouco para viver e serem felizes. Precisam de quatro “esses”: salário, ou seja, emprego, segurança, saúde e saber, ou seja, educação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão remaneja R\$ 223 mi no Orçamento

Um dos projetos redireciona R\$ 180,6 milhões para os Ministérios do Planejamento e das Cidades, que serão destinados a parcerias público-privadas e mobilidade urbana

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou projetos de lei que modificam a destinação de R\$ 223,8 milhões do Orçamento deste ano. A comissão também aprovou as quatro emendas ao Orçamento de 2019 (PLN 27/2018) a que tem direito como colegiado permanente do Congresso.

O PLN 12/2018 remaneja R\$ 792 mil para o Ministério das Relações Exteriores para efetivar a contribuição brasileira à reconstrução da Basílica da Natividade em Belém (Palestina). O templo contém uma gruta onde, segundo a tradição cristã, nasceu Jesus. Em 2012, foi declarado Patrimônio da Humanidade pela Unesco, e o Brasil é um dos países que contribuem para a recuperação do templo.

Os senadores aprovaram também o PLN 20/2018, que remaneja R\$ 10,3 milhões para a Presidência da República e para os Ministérios da Justiça e da Segurança Pública. O valor é destinado ao pagamento da indenização aos policiais rodoviários federais que trabalharam no período de folga durante a greve dos

caminhoneiros, em maio.

O terceiro projeto aprovado foi o PLN 21/2018, que remaneja R\$ 180,6 milhões para os Ministérios do Planejamento e das Cidades. Do total, R\$ 30 milhões são para execução de parcerias público-privadas e R\$ 150,6 milhões para trens urbanos e metrô no Ministério das Cidades.

Foi aprovado ainda o PLN 25/2018, que remaneja R\$ 32,2 milhões para os Ministérios da Educação, da Segurança Pública e da Integração Nacional. Os recursos servirão, entre outras despesas, para assentamento de famílias indígenas do povo atikum, em Pernambuco.

Emendas

A primeira emenda aprovada destina R\$ 150 milhões para projetos de irrigação; a segunda, R\$ 500 milhões para programas de reforma agrária; e a terceira concede R\$ 50 milhões para projetos de saneamento básico da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Foram destinados R\$ 300 milhões para o projeto de monitoramento das fronteiras pelo Exército.



Deputado Geraldo Resende (C), vice-presidente da CMO, e senador Waldemir Moka, relator da comissão mista

Divulgadas obras que podem receber recursos de emenda

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) publicou ontem a relação de obras públicas em andamento e convênios que poderão receber recursos das emendas individuais e de bancada apresentadas ao projeto da Lei Orçamentária Anual. O objetivo é permitir a convergência de sugestões de deputados e senadores à proposta orçamentária. O prazo para a apresentação de emendas acaba amanhã.

A divulgação das obras é um trabalho conjunto da CMO

e do Ministério do Planejamento. A convergência visa contornar uma das principais críticas às emendas propostas pelos congressistas ao Orçamento: a de que elas se servem apenas aos interesses dos parlamentares e não se integram às políticas governamentais.

— É preciso estimular cada vez mais a convergência das emendas parlamentares com o rol de políticas públicas classificadas como prioritárias, reduzir sensivelmente o montante de obras inacabadas e

valorizar o trabalho legislativo na alocação e execução orçamentária — disse o deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), presidente da CMO.

A relação contém dados das obras em andamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Avançar (programa de investimentos do governo Michel Temer), por estado e município. A comissão também divulgou pré-convênios, com planos de trabalho aprovados.

Da Agência Câmara

Ibama e política de resíduos sólidos são beneficiados por emendas

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem suas emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLN 27/2018) para 2019. Os recursos, no total de R\$ 650 milhões, se destinam a ações de implementação das políticas de resíduos sólidos e de recursos hídricos, à prevenção de in-

cêndios florestais e à conservação da biodiversidade, entre outros.

O relator da proposta, Wellington Fagundes (PR-MT), incluiu uma emenda e acatou outras 12, das 31 apresentadas pelos integrantes da comissão. Os senadores que tiveram emendas contempladas foram Flexa Ribeiro

(PSDB-PA), Regina Sousa (PT-PI), Valdir Raupp (MDB-RO), Humberto Costa (PT-PE), Romero Jucá (MDB RR), Jorge Viana (PT-AC).

A emenda de maior valor, R\$ 250 milhões, financiará ações de apoio à implementação de instrumentos estruturantes da Política Nacional de

Resíduos Sólidos. A proposta resultou da fusão de cinco emendas.

Já o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi contemplado com emenda no valor de R\$ 200 milhões, recursos que devem ser aplicados na proteção da biodiversidade.

Intervenção no Rio impede reforma, lembra Eunício

Questionado sobre a votação da reforma da Previdência ainda neste ano, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que vai exercer seu mandato até o fim pautando todos os temas que estiverem prontos para análise.

O senador afirmou, entretanto, que é preciso “ter um pouco de calma” quanto à proposta de emenda à Constituição que trata da reforma (PEC 287/2016), já que ela está com o exame suspenso devido à intervenção federal

no Rio de Janeiro.

— Há uma intervenção em um estado brasileiro e essa intervenção proíbe trâmite de PEC, de alteração na Constituição federal.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Comissões debaterão educação para a paz em audiência conjunta

O tema da educação para a paz será debatido em audiência conjunta das Comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Requerimento para realização do debate foi aprovado ontem pela CE.

Proposta por Pedro Chaves (PRB-MS), a audiência será feita no dia 21 de novembro, como parte da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado. Participarão dos debates o psiquiatra e professor associado de psiquiatria na Harvard Medical School Joshua Sparrow, a doutora em psicopatologia do bebê pela Universidade Paris XIII Jaqueline Wendland, a mestre em psicologia do desenvolvimento humano e processos de ensino e aprendizagem Sandra Garcia e a psicóloga

especialista nos métodos Raimain e Dia-Log e em terapia de troca e desenvolvimento Maria Clara Nassif.

A CE também debateu ontem as dificuldades para a consolidação de cinco novas universidades. Participaram da reunião, coordenada por Wellington Fagundes (PR-MT) representantes dos centros de estudo de Jataí (GO), Catalão (GO), Rondonópolis (MT) e Parnaíba (PI).

Além do problema orçamentário que afeta toda a administração pública, há dificuldades técnicas, como a imposição pela lei de criação das novas universidades da cessão de cargos da “universidade-mãe” para a derivada, para que se possam nomear reitores e sub-reitores. Não há cargos disponíveis e por isso todo o processo burocrático está parado.

Eleito presidente da comissão da MP do Saneamento

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA) foi eleito ontem presidente da comissão mista que vai analisar a Medida Provisória (MP) 844/2018. A proposta, que terá o senador Valdir Raupp (MDB-RO) como relator, atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e amplia a competência da Agência Nacional de Águas (ANA). O prazo de vigência da MP expira em 19 de novembro.

Hildo Rocha foi eleito com 11 votos, enquanto o seu concorrente, deputado Glauber Braga (Psol-RJ), indicado pela

liderança do PT na Câmara, recebeu 5 votos. Após a votação, Braga leu nota conjunta em que entidades ligadas ao saneamento básico criticam a proposta do governo, por entender que gera insegurança jurídica e promove a desestruturação do setor. Ele disse ainda que o texto da medida abre espaço para um “libera geral” no processo de privatização.

A MP tem enfrentado resistência. Alguns parlamentares criticam o que consideram uma lógica privatizante do

texto, o que poderia, na opinião deles, prejudicar o fornecimento de serviços para a população de baixa renda. O governo, por sua vez, alega que a intenção é atrair investimentos privados, sem abandonar a meta de universalização dos serviços.

De acordo com o texto enviado ao Congresso Nacional pelo governo, a ANA passa a regulamentar os serviços públicos de saneamento básico, uma tarefa que ficava com o Ministério das Cidades.

Setor elétrico pode ter que investir em pesquisa

Projeto aprovado na Comissão de Meio Ambiente determina que empresas de energia e indústria do petróleo destinem 1% da receita bruta no estudo de fontes alternativas

O PROJETO QUE obriga empresas do setor elétrico e a indústria do petróleo a investir até 1% da receita bruta em pesquisa de fontes alternativas de energia foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

De acordo com o PLS 696/2015, do valor investido, quase a metade deve ser destinado para projetos relacionados a tecnologias de redes elétricas inteligentes, armazenamento de energia, eficiência energética, tecnologia de baixo carbono e fontes eólica, solar, biomassa, hídrica, de cogeração qualificada e das marés.

De acordo com o substitutivo aprovado na CAE e ratificado pela CMA, 40% dos recursos destinados ao desenvolvimento e à inovação devem ser investidos em fontes alternativas até 2020. O percentual cai para 35%

até 2025, 30% até 2030 e 25% até 2039.

A intenção do autor, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), é direcionar aos projetos relacionados a fontes de geração de energia alternativa e renovável parte dos recursos que distribuidoras, geradoras e transmissoras de energia elétrica já são obrigadas a aplicar em pesquisa e desenvolvimento.

Os recursos devem sair do setor de petróleo e gás e das concessionárias do setor energético, que já são contratualmente obrigadas a destinar verbas às áreas de desenvolvimento e inovação.

Viabilidade

O relator do projeto na CMA foi o senador Hélio José (Pros-DF), que também havia relatado o texto na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Para ele, o grande



Montealei/Tórcchio/Eletrout

De acordo com o projeto, 40% dos recursos devem ser investidos até 2020 em fontes alternativas, como a eólica

mérito da proposta é oferecer instrumentos concretos para aumentar a participação das fontes renováveis na matriz energética brasileira.

— Nada mais lógico que empresas que lucram explorando fontes tradicionais de

energia financiem pesquisas que visem tornar economicamente viável a exploração em larga escala de fontes de energia limpas e renováveis — disse o relator.

Em agosto de 2017, o texto foi aprovado na Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE) na forma de substitutivo do senador Roberto Requião (MDB PR), que tornou os investimentos obrigatórios.

Para Hélio José, a alteração de Requião aperfeiçoou o projeto, por ser mais abrangente.

Avança proibição de jogar lixo em lugar público

O descarte de lixo sólido nas ruas poderá ter a proibição reforçada, segundo proposta aprovada ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 169/2017 especifica os lugares públicos de descarte inadequado tanto de resíduos recicláveis quanto de rejeitos não recicláveis. O texto segue para Plenário.

O projeto altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos para proibir o descarte de lixo em rodovias, ruas, praças, parques, áreas protegidas e demais logradouros públicos.

A legislação atual proíbe a destinação de resíduos

em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; o lançamento in natura a céu aberto (menos os resíduos de mineração); e a queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), recomendou medidas efetivas para combater o problema de lançamento de lixo em vias públicas.

— Era um projeto necessário. Não basta proibir o lixo sólido nas águas, mas nas ruas também, porque é preciso conscientizar o povo.

O senador lembrou que quando governou o Distrito

Federal, de 1995 a 1998, manteve programa com conteúdo semelhante ao do projeto.

— No DF nós cobramos multa quando é possível identificar quem sujou a rua.

De acordo com Política Nacional de Resíduos Sólidos, quem descumpra a legislação está sujeito às sanções penais e administrativas previstas na Lei 9.605/1998, que trata de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

As sanções vão desde prestação de serviço à comunidade até reclusão de quatro anos, no caso de o crime ocasionar poluição que resulte em danos à saúde humana, por exemplo.

Títulos de dívida pública de banco cearense não amortizarão débito

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 46/2018, que exclui os títulos da dívida pública do antigo Banco do Estado do Ceará (BEC) dos ativos destinados a amortizar o saldo devedor resultante das operações de refinanciamento de crédito rural feitas pelo banco em 1996. Os títulos, no valor de R\$ 204 milhões, estão no Bradesco, para quem o BEC foi vendido em 2005.

Uma das cláusulas do contrato celebrado entre o BEC e a União em 1998 para o saneamento financeiro do

banco e a transferência do controle acionário da instituição para a União, e posterior privatização, previa que o patrimônio do BEC seria destinado à amortização do saldo devedor.

Com a aprovação do texto, de Eunício Oliveira (MDB-CE), os títulos deixam de ser destinados ao pagamento da obrigação com a União.

— Já foi realizada alteração similar relativa a outras unidades da Federação — disse o relator, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), favorável ao projeto.

Aprovada oficialização da campanha Outubro Rosa na administração federal

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que oficializa a campanha Outubro Rosa na administração pública federal. Todos os gestores deverão promover atividades de conscientização sobre o câncer de mama durante o mês de outubro. O PLC 32/2018 segue para sanção presidencial.

O Outubro Rosa é uma campanha originada nos Estados Unidos que divulga informações sobre o câncer de mama e incentiva a arrecadação de fundos para pesquisas sobre a doença. No Brasil, é comum que órgãos públicos promovam eventos e iluminem seus edifícios com a cor rosa.

O projeto de lei, dos deputados Carmen Zanotto (PPS-SC) e Dr. Jorge Silva (Pros-ES), torna o Outubro Rosa uma campanha oficial. O texto determina que gestores públicos façam atividades educativas e veiculem material informativo sobre prevenção da doença, além de iluminarem os prédios.

A relatora do projeto no Senado, senadora Marta Suplicy (MDB-SP), observou que o câncer de mama é a segunda modalidade mais comum no país e a mais fatal. Em 2016, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, mais de 16 mil mulheres morreram vítimas da doença.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Colegiado aprova embaixador para a Sérvia

Para o diplomata Eduardo Barbosa, Brasil deve manter apoio à resolução da ONU que não reconhece a independência do Kosovo. Indicação segue para análise em Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Eduardo Barbosa para a embaixada do Brasil em Belgrado, na Sérvia. Na sabatina, Barbosa afirmou que o Brasil deve manter sua posição de apoio à Resolução 1.244, da Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhece o Kosovo como parte integrante da Sérvia.

O diplomata lembrou que mais de 80 países têm a mesma posição, entre eles China, Rússia, Espanha, Grécia e Romênia.

Barbosa acrescentou que o reconhecimento da independência do Kosovo em relação à Sérvia por mais de 100 países

se deu após o bombardeio da antiga Iugoslávia (país do qual Sérvia e Kosovo faziam parte) pelos EUA em 1999.

Para ele, o Brasil deve manter sua posição histórica de que os conflitos devem ser resolvidos de maneira negociada e pacífica.

— Não podemos ter medo de sermos minoritários nesta questão, nós temos que defender nossos princípios. Não há uma questão de negociar nossos princípios em virtude de outros países. O Brasil apoia desde sempre o multilateralismo, e a resolução da ONU é muito clara. Prefiro não especular porque outros países talvez tenham se precipitado sobre a independência



Eduardo Barbosa cumprimenta o presidente da CRE, Fernando Collor

do Kosovo, como algo que na verdade já estaria dado. Nações de grande relevância têm a mesma posição do Brasil, de que essa questão necessita ser

resolvida de forma negociada e pacífica.

A análise da indicação de Barbosa segue agora para o Plenário do Senado.

Sérvia

- Área: 88,3 mil km
- Capital: Belgrado
- População: 7,16 milhões
- Moeda: dinar sérvio
- PIB per capita: US\$ 15.200
- Exportações brasileiras: US\$ 40,8 milhões
- Importações brasileiras: US\$ 21,29 milhões

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Declarações sobre China e Argentina são criticadas

Declarações dadas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, e por alguns de seus assessores mais próximos em assuntos de política externa motivaram manifestação de senadores ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Em março, Bolsonaro fez visita como deputado a Taiwan e afirmou que iria rever as relações comerciais com a China, acusando-a de estar “comprando o Brasil”. Os chineses consideraram a visita uma “afronta à soberania e integridade territorial da China”.

— Uma coisa é os Estados Unidos tomarem medidas restritivas de comércio contra a China, outra coisa muito diferente é o Brasil seguir a mesma trilha. Os Estados Unidos são uma superpotência e continuarão a ser. Já nós temos hoje uma dependên-

cia comercial com a China, nosso maior parceiro. Nosso poder de fogo não pode ser comparado com o dos Estados Unidos — alertou a senadora Ana Amélia (PP-RS).

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), o futuro governo Bolsonaro vai errar caso reveja as relações econômicas, estratégicas e diplomáticas do Brasil com a China. Ele também manifestou preocupação com a possibilidade de transferir a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém.

— Mudar a embaixada para Jerusalém trará consequências graves para nossas relações com praticamente todos os países árabes e islâmicos. Nossos produtores de frango ou de carne halal, por exemplo, correrão risco concreto de perder esses grandes mercados. Parece que Bolsonaro

quer ideologizar o Itamaraty, afirmando que não vai ideologizar — ponderou.

Ana Amélia também criticou as declarações dadas ontem pelo assessor econômico Paulo Guedes de que a Argentina “não será prioridade” da gestão Bolsonaro. Ela reforçou os laços econômicos que unem os dois maiores países da América do Sul, além das relações no Mercosul.

A senadora, no entanto, considerou “um bom sinal” o recuo de Bolsonaro com relação à saída do Brasil do Acordo de Paris. Ela lembrou que setores importantes do agronegócio brasileiro manifestam apoio ao compromisso internacional, pois a saída certamente provocaria o aumento das barreiras comerciais à exportação de produtos agropecuários brasileiros.

Política externa do próximo governo preocupa Cristovam

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que está preocupado com a política externa do futuro governo, após afirmações do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e de pessoas próximas a ele. Ele citou a declaração, feita pelo economista Paulo Guedes, cotado para ser ministro da Fazenda, de que a Argentina não seria prioridade. O senador questionou também a afirmação de Bolsonaro de que vai “desideologizar” o Itamaraty.

— Onde está essa ideologização? Eu creio que Bolsonaro, sim, está começando a demonstrar que quer ideologizar a política externa.



Jane de Aquino/Agência Senado

Lasier Martins elogia compromisso com a Constituição

Lasier Martins (PSD-RS) elogiou ontem o compromisso assumido por Jair Bolsonaro de cumprir a Constituição e de garantir as liberdades individuais em sua primeira manifestação após a vitória, domingo. Com isso, disse o senador, Bolsonaro afasta o temor de que poderia haver uma ditadura no Brasil.

— O pronunciamento nos tranquiliza bastante, porque ele afasta aquele temor que vem das acusações de alguns dos perdedores, das suspeitas de que poderia estabelecer um regime fascista, uma ditadura ou coisa parecida.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto defende frente democrática de oposição

O senador Humberto Costa (PT-PE) conclamou os democratas do país a formarem uma frente para fazer oposição ao governo de Jair Bolsonaro e impedir a possibilidade de retrocesso, de autoritarismo e de tortura.

Para Humberto, Bolsonaro é um caso único de governante eleito em que todos torcem para que ele não cumpra o que prometeu.

— Nós não vamos aceitar a criminalização dos movimentos sociais, chamados de terroristas por esse pequeno Mussolini dos trópicos — afirmou o senador



Jane de Aquino/Agência Senado

Presidente eleito respeita segurança jurídica, diz Cassol

Ivo Cassol (PP-RO) avalia que a eleição de Jair Bolsonaro demonstra que o povo optou por um candidato que respeita os direitos fundamentais e a segurança jurídica. Ele lembrou que Bolsonaro defendeu na Câmara o projeto que garantia o uso da fosfoetanolamina, conhecida como “pílula do câncer”. A proposta foi aprovada, mas, após a sanção, a lei foi questionada no STF, que proibiu o uso da pílula.

— Se o tratamento de câncer com quimioterapia e radioterapia é autorizado, por que não pode ser autorizado um tratamento alternativo?



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim condena ideia de votar nova previdência este ano

Paulo Paim (PT-RS) classificou ontem de “piada de mau gosto” a notícia de que Jair Bolsonaro defende a votação da reforma da previdência, antes mesmo de tomar posse. De acordo com o senador, se os parlamentares votarem ainda neste ano a proposta de mudança nas regras previdenciárias, a população vai se sentir traída, uma vez que houve a promessa de que o texto somente iria à votação no próximo governo, pelo Congresso recém-eleito.

— Eu discordo da forma, porque falam que vai ser o regime de capitalização, que significa o quê? Privatizar a previdência. É um investimento de risco.

Comissão aprova acordo educacional entre países

Caso acolhido também pelo Plenário, o acordo vai permitir a equivalência entre os sistemas de ensino fundamental e médio de nove países sul-americanos, entre eles Brasil, Chile, Uruguai e Argentina

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o Protocolo de Reconhecimento de Certificados de Nível Fundamental e Médio entre os países que fazem parte do Mercosul e outros associados ao bloco (PDS 103/2018). Esse acordo aprimora outros assinados em 1994 e 2002, além de incluir mais países.

Na prática, o protocolo facilita a mobilidade e o reconhecimento de diplomas e estudos realizados por alunos dos níveis fundamental e médio entre os nove países que o assinaram. O acordo

reconhece as equivalências correspondentes entre os sistemas educativos de cada um deles. Além do Brasil, o acordo foi assinado por Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Paraguai, Equador, Bolívia e Venezuela.

— Esse é um típico acordo que tem realmente uma grande relevância, não deve ser subestimado. Afinal, aprofunda as garantias de mobilidade estudantil entre nove nações. Algo imprescindível ao nosso processo de integração sul-americana, cujo objetivo último é facilitar o livre trânsito

de capital e mão de obra. Favorece o desenvolvimento educativo, cultural e científico para todos, facilitando o acesso de estudantes a cursos que lhes permitam o prosseguimento de estudos em outros países — destacou o senador Jorge Viana (PT-AC), que defendeu o relatório pela aprovação feito pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Jorge Viana ainda destacou que todos os estudos de um aluno devem ser reconhecidos, ainda que realizados de forma incompleta, permitindo-lhe completá-los no outro país para o qual esteja em trânsito.

O protocolo também prevê a criação de uma comissão técnica regional, que deverá, entre outros objetivos, desburocratizar os mecanismos administrativos de reconhecimento dos diplomas, além de favorecer a adaptação dos estudantes aos países que os recepcionarem.

O acordo segue agora para análise do Plenário do Senado.



Senador Paulo Paim (2º à esq.) coordenou o debate na comissão

Imigrantes haitianos pedem ajuda em audiência pública

O despejo de 100 famílias haitianas de um terreno em Porto Alegre em setembro foi debatido em audiência pública ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Os participantes do debate pediram medidas urgentes para resolver a questão e outros problemas que os migrantes vivem no Brasil.

Enganadas por grileiros, as famílias haitianas adquiriram terrenos para construir suas casas a um preço irrisório, mas depois sofreram despejo por uma ação de reintegração de posse movida pelos donos da propriedade. Hoje estão nas ruas, em situação de risco. O local, na zona norte da capi-

tal gaúcha, ficou conhecido como Ocupação Progresso.

A representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Bárbara Cravos, disse que haverá reunião em novembro com representantes de Porto Alegre para avaliar a situação.

Paulo Paim (PT-RS), que presidiu o debate, afirmou que a audiência cumpriu sua finalidade, que era dar visibilidade a essa situação e conseguir alguma providência por parte do governo.

— Essa reunião se desenvolveu num alto nível. Também participou da reunião o chefe da missão da Organização Internacional para as Migrações (OIM) no Brasil, Stéphane Rostiaux.



Acordo protege a mobilidade estudantil entre as nações, avalia Viana

ELEIÇÕES 2018

Weverton Rocha (PDT-MA)



Atual deputado é contrário à reforma trabalhista

Weverton Rocha promete lutar pelos trabalhadores

Weverton Rocha foi eleito senador com 35% dos votos no Maranhão. O mais votado no estado prometeu aos seus quase 2 milhões de eleitores que reproduzirá no Senado a mesma atuação que desempenhou na Câmara dos Deputados. A defesa do trabalhador é a principal bandeira do parlamentar.

Deputado federal por dois mandatos consecutivos, desde 2011, foi líder do PDT e atualmente é líder da Minoria na

Câmara — formada por PDT, PSB, PT, PCdoB e Psol. Autor de 283 proposições, Weverton Rocha posicionou-se contra a reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) e apresentou diversas emendas à proposta de reforma da Previdência (PEC 287/2016).

— Priorizamos as pautas que tratam de evitar a retirada de direitos e para que a crise profunda pela qual o Brasil passa não seja jogada apenas para a conta do trabalhador.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP)



Senador promete priorizar a defesa da democracia

Reeleito, Randolfe diz que vai combater a corrupção

Randolfe Rodrigues afirmou que continuará representando o Amapá com três grandes prioridades: o combate à corrupção, a diminuição da desigualdade e a defesa da democracia.

— Combater a corrupção em todas as suas vertentes, combater a desigualdade e todos os males que transformam nosso país em um dos mais desiguais do mundo e sustentar, mais do que nunca, o Estado democrático de direi-

to e suas conquistas — disse o senador.

Ele acrescentou que, em seu segundo mandato no Senado, também defenderá temas como o combate às desigualdades regionais e a constitucionalização da chamada lista tríplice para a Procuradoria-Geral da República. Além disso, disse que continuará trabalhando para evitar retrocessos em questões sociais e de direitos humanos.

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)



Na opinião do novo senador, teto de gastos limita ações

Veneziano quer reformas e novo pacto federativo

Eleito para o Senado com quase 845 mil votos na Paraíba, Veneziano Vital do Rêgo afirma que, em um primeiro momento da nova legislatura, vai dar atenção à reforma tributária.

O futuro senador também pretende rever pontos de reformas aprovadas pelo Congresso durante o governo do presidente Michel Temer, como o teto de gastos públicos (Emenda Constitucional 95) e a nova legislação trabalhista.

Veneziano defende o aumento da capacidade de investimentos e argumenta que o teto de gastos limita as ações do governo.

Veneziano relativiza o impacto da renovação no Congresso e pede a atenção dos parlamentares para a construção de um novo pacto federativo.

— Precisamos de um pacto federativo que rediscuta uma presença maior dos municípios e dos estados.